

Entre o plano e o vivido: a inauguração de Brasília e dos Jardins de Infância (1960-1962)

Between the planned and the experienced: the foundation of Brasília and the kindergartens (1960-1962)

Entre el plan y lo vivido: la inauguración de Brasilia y de los jardines de infantes (1960-1962)

Viviane Fernandes Faria Pinto

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

viviane.educ@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0003-0973-7300>

Fernanda Müller

Universidade de Brasília

fernandamuller@unb.br

<https://orcid.org/0000-0002-1788-8662>

Juarez José Tuchinski dos Anjos

Universidade de Brasília

juarezdosanjos@yahoo.com.br

<https://orcid.org/0000-0003-4677-5816>

RESUMO

Neste artigo procuramos explorar e dar visibilidade às crianças e aos seus processos educativos na nova capital do Brasil. Ao dialogar com uma recente historiografia da educação sobre Brasília, trabalhamos com o processo de institucionalização dos Jardins de Infância. Consideramos os anos de 1960 a 1962 como recorte de análise, período de criação das primeiras instituições voltadas às crianças de até 6 anos de idade. Buscamos na documentação histórica sobre os Jardins de Infância uma conexão entre o projeto educativo voltado às crianças pequenas e o projeto urbano de Brasília. Para isso, foram utilizados estudos e pesquisas realizadas sobre o sistema educacional da recém-inaugurada capital que foram associados às notícias veiculadas nas páginas do jornal Correio Braziliense, o primeiro periódico de grande circulação da cidade na década de 1960. Destacamos a complexidade do processo subjacente à criação dos Jardins de Infância em Brasília, indicando a ausência de consistência do plano, que foi originalmente criado para superar obstáculos já observados em outras cidades. Evidenciamos, portanto, a relação entre utopia e distopia contrastadas na proposição de cidade e nas experiências cotidianas.

Palavras-chave: Brasília. Educação Infantil. Infância. Jardins de Infância.

ABSTRACT

In this article we seek to explore and give visibility to children and their educational processes in the newly Brazilian capital, Brasilia, through a dialogue with the recent historiography of education in the ambit of that city. More specifically, we worked with the process of institutionalization of kindergartens, analyzing the period from 1960 to 1962, when the first institutions catering for children up to 6 years of age were created. We contextualize the emergence of those institutions against the background of the city project itself, including the educational plan. To that end we sought for historical documentation about kindergartens and any connection between the educational project aimed at children and the urban project of Brasilia. We considered studies and research investigating the educational system of the newly inaugurated capital that were associated with the news published in the pages of the Correio Braziliense, the city's first major circulation newspaper in the 1960s. We emphasize the complexity of the process underlying the creation of kindergartens in Brasilia, indicating the plan's lack of consistency as it was originally created to overcome obstacles previously observed in other cities. Thus we show the relationship between utopia and dystopia contrasted in the proposition of the city and its everyday experiences.

Keywords: *Brasília. Childhood. Child Education. Kindergarten.*

RESUMEN

En este artículo buscamos explorar y dar visibilidad al niño y a sus procesos educativos en la nueva capital de Brasil. Al dialogar con una reciente historiografía de la educación sobre Brasilia, trabajamos con el proceso de institucionalización de los jardines de infantes. Consideramos los años de 1960 a 1962 como recorte de análisis, periodo de creación de las primeras instituciones orientadas a niños de hasta 6 años de edad. Buscamos en la documentación histórica sobre los jardines de infantes una conexión entre el proyecto educativo orientado a los niños pequeños y el proyecto urbano de Brasilia. Para eso, fueron utilizados estudios e investigaciones sobre el sistema educacional de la recién-inaugurada capital que fueron asociados a las noticias vehiculadas en las páginas del periódico Correio Braziliense, el primer periódico de gran circulación de la ciudad en la década de 1960. Destacamos la complejidad del proceso subyacente a la creación de los jardines de infantes en Brasilia, indicando la ausencia de consistencia del plan, que fue originalmente creado para superar obstáculos ya observados en otras ciudades. Ponemos de manifiesto, por lo tanto, la relación entre utopía y distopía contrastadas en la proposición de ciudad y en las experiencias cotidianas.

Palabras clave: *Brasília. Educación Infantil. Infancia. Jardines de infantes.*

Introdução

Em “Cidades Invisíveis”, Ítalo Calvino imagina que o viajante Marco Polo deseja entreter Kublai Khan, o líder do então e já decadente Império Mongol, descrevendo cidades que teria conhecido ou ouvido falar. No caso de Zaira, Marco Polo assim a descreve:

The city, however, does not tell its past, but contains it like the lines of a hand, written in the corners of the streets, the gratings of the

windows, the banisters of the steps, the antennae of the lightning rods, the poles of the flags, every segment marked in turn with scratches, indentations, scrolls" (CALVINO, 1978, p. 11).

Os conceitos de utopia e de distopia colaboram para a compreensão das cidades e de suas dinâmicas. O termo utopia foi central na obra do filósofo Thomas Morus, escrita em 1516. Morus (2001) elaborou críticas à sociedade inglesa e criou, imaginariamente, uma sociedade ideal onde o bem comum ganhava relevo. O termo utopia expandiu-se e passou a referir-se a propostas que surgiram antes de Morus (CHAUÍ, 2008; FREITAG, 2002). Em contraposição a esse conceito, as diversas crises enfrentadas pela humanidade abrem espaço para a desesperança que acaba por ser representada na ideia de distopia. Pereira e Marques (2017) entendem que utopia e distopia são termos arraigados às sociedades e incorporam ideias de caos ou de perfeição. Pensar sobre as cidades, em suas diferentes dimensões, possibilita reconhecer uma relação dinâmica na qual elementos de utopia e distopia estão sempre presentes.

Freitag (2002) considera que, embora Brasília seja conhecida como a realização da utopia presente na Carta de Atenas¹, essa visão não corresponde aos fatos, especialmente diante das transgressões de Lucio Costa e de Oscar Niemayer aos princípios presentes no documento. Para a autora, a dimensão utópica da cidade não advém da inspiração em um modelo utópico, mas está associada à ousadia dos criadores ao integrarem espaços, prédios e monumentos da cidade. Fazendo referência a Karl Mannheim, Freitag (2002) pondera que ao conceito de utopia está associada a ideia de realização de um modelo sonhado, o que vale tanto para as sociedades, quanto para as cidades utópicas.

Brasília foi construída para ser moderna e imutável, resultado de uma perspectiva utópica que marca o período de sua concepção. O plano foi definido, eternizado e a lei o protege. Mesmo assim, cada quadra de Brasília tem marcas históricas que revela elementos distópicos que derivam da relação entre o plano e o vivido. Algumas mantêm as bandeirinhas de festas de São João que já passaram; as pinturas para uma Copa do Mundo remota; uma pichação desbotada de um menino que já pode ter se tornado servidor público.

Neste artigo tratamos a relação entre o projeto e as experiências de cuidado e de educação voltados à pequena infância em Brasília, especialmente nos Jardins de Infância, um exercício quase inédito na historiografia sobre a infância e a Educação Infantil do

¹ A Carta de Atenas tem origem em um encontro de Arquitetos e Urbanistas ocorrido na Grécia em 1943 e reuniu, pelas mãos de Le Corbusier, os principais preceitos da arquitetura moderna (FREITAG, 2002).

Distrito Federal (PINTO; MÜLLER; ANJOS, 2018). Desde a inauguração da capital até os dias de hoje centenas de pais e mães das mais diversas regiões administrativas do Distrito Federal matriculam seus filhos nas creches e nos Jardins de Infância do Plano Piloto de Brasília, o que impõe um desafio ao plano já que precisa incorporar constantemente a dimensão do vivido.

Tratar as vivências, experiências e trânsitos em Brasília, assim como Marco Polo descreveu as marcas de desgaste nas ruas de Zaira, faz parte de um compromisso político e de pesquisa. É paradoxal, mas no Plano Piloto as marcas do passado são ainda mais fortes do que em outras cidades. Enquanto outras podem se reinventar completamente, ser reconstruídas, redesenhadas e reformuladas, quem passa pelo Plano pode contar que ele continuará ali tal como expressado nos traços de Lucio Costa.

O presente artigo não trata de uma investigação sobre o modernismo de Brasília, tal como já o fez Holston (1988), nem mesmo apresenta achados de um trabalho etnográfico. A ideia é buscar na documentação histórica sobre os Jardins de Infância uma conexão entre o projeto educativo voltado às crianças e o planejamento urbano. Inspirados em “Cidades Invisíveis” (CALVINO, 1978), pretendemos dar visibilidade não à cidade, mas às crianças e aos seus processos educativos na nova capital do Brasil.

Para tanto, dialogamos com uma recente historiografia sobre a educação em Brasília, que, embora não se detenha sobre o processo de institucionalização de Jardins de Infância para as crianças em fase pré-escolar, fornece valiosas indicações para que, neste trabalho, o façamos. Para isso, estabelecemos como recorte de análise o período entre os anos de 1960 e 1962.

Em 21 de abril de 1960 a nova capital do Brasil foi inaugurada, dando início ao desafio político de implantação do plano de construções escolares de Brasília e, no seu bojo, dos Jardins de Infância. Já em 08 de fevereiro de 1962 iniciou-se o funcionamento da primeira creche² da cidade, sendo assim um marco da diversificação do atendimento à primeira infância na capital. Nesse percurso, utilizamos estudos e pesquisas realizadas sobre o sistema educacional da recém inaugurada capital ao mesmo tempo em que recorremos a notícias veiculadas nas páginas do jornal Correio Braziliense, o primeiro periódico local de grande circulação na década de 1960.

Ao retomar essa história, chamou-nos atenção a relação entre utopia e distopia ensejada pela distância entre o que foi planejado para a nova capital e o que foi vivido

² A primeira creche de Brasília chamava-se “Creche Ana Paula”, na quadra 108 Sul, e teria entrado em funcionamento em março de 1962 (CORREIO BRAZILIENSE, 17/02/1962, p. 7).

nesse espaço em diferentes aspectos. Ao lançar luz sobre o processo de implantação do sistema educacional da cidade também se percebe essa idiossincrasia: de um lado um plano educacional arrojado e inovador, de outro, sua vagarosa e limitada implantação.

Os Jardins de Infância em Brasília: da utopia urbanística à utopia educativa

Brasília, a tão sonhada e planejada capital do Brasil – embora inacabada e alvo de críticas da oposição política ao seu idealizador, o então presidente da República Juscelino Kubitschek de Oliveira (1902-1976), – foi inaugurada, oficialmente, em 21 de abril de 1960.

Ao contrário das cidades não planejadas, ou mesmo de algumas planejadas, Brasília foi definida a partir do uso do espaço para o exercício eficaz do poder administrativo do Estado. A cidade foi planejada para “o trabalho ordenado e eficiente” (COSTA, 1991, p. 22) e isso seria alcançado via especialização. Não só a cidade como um todo foi construída para cumprir uma única função, mas também as partes componentes do projeto urbanístico seriam especializadas.

O projeto inicial de Brasília – chamado de Plano Piloto –, de autoria de Lúcio Costa (1902-1998), possui, em sua planta, o formato de uma cruz com os braços arqueados, dando-lhe, por essa razão, a aparência de um avião. O que seria a base da cruz ou o corpo do “avião” denomina-se Eixo Monumental ao passo que os braços ou “asas”, inicialmente nominados setores Sul e Norte, foram aos poucos batizados de Asa Sul e de Asa Norte.

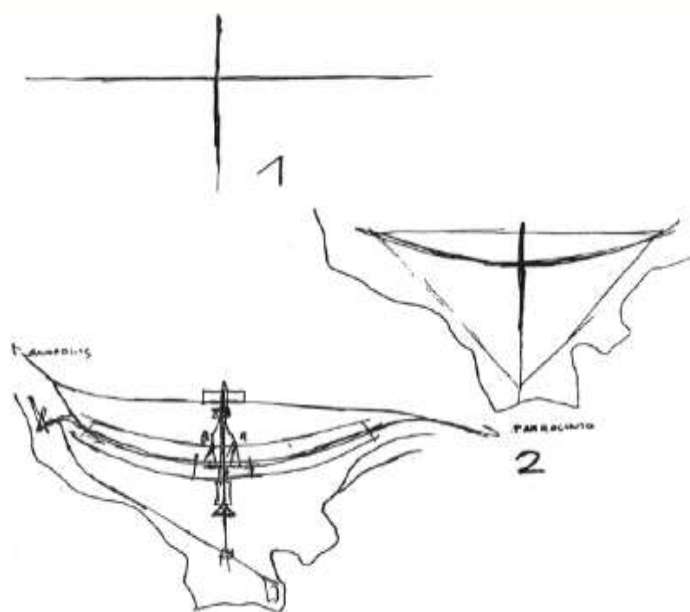


Figura 1 – Croqui do Plano Piloto de Brasília traçado por Lucio Costa (1956).

Fonte: Costa, L. “Relatório do Plano Piloto de Brasília [1957].” In: RELATÓRIO do Plano Piloto de Brasília. Brasília, GDF, 1991.

Enquanto que ao longo do Eixo Monumental estão dispostos os edifícios públicos, as Asas abrigam os setores residenciais. As superquadras (denominação dada às grandes quadras residenciais em que são divididas as Asas Sul e Norte) constituem-se, naquilo que mais interessa à compreensão da relação entre utopia urbanística e utopia educativa de Brasília, o coração tanto da vida dos moradores quando do projeto educacional que lá se quis implantar, concomitante ao projeto urbano da cidade. Sobre este último, assim Costa (1991, p. 30) explicava a “superquadra”:

Quanto ao problema residencial, ocorreu a solução de criar-se uma sequência contínua de grandes quadras dispostas, em ordem dupla ou singela, de ambos os lados da faixa rodoviária e emolduradas por uma larga cinta densamente arborizada [...]. Dentro dessas “superquadras” os blocos residenciais podem dispor-se da maneira mais variada, obedecendo, porém, a dois princípios gerais: gabarito máximo e uniforme, talvez seis pavimentos e pilotis e separação do tráfego de veículos do trânsito de pedestres, mormente o acesso à escola primária e às comodidades existentes no interior de cada quadra. [...] Ao fundo das quadras estende-se a via de serviço para o tráfego dos caminhões, destinando-se ao longo dela a frente oposta às quadras, à instalação de garagens, oficina, depósitos do comércio em grosso, etc. [...] O mercadinho, os açougues, as vendas, quitandas, casas de ferragens da primeira metade da faixa correspondente ao acesso de serviço; as barbearias, cabeleireiros, modistas, confeitarias, etc. na primeira seção da faixa de acesso privativa dos automóveis e

ônibus, onde se encontram igualmente os postos de serviço para venda de gasolina [...]. Na confluência [de cada] quatro quadras localizou-se a igreja do bairro e, ao fundo delas, as escolas secundárias.

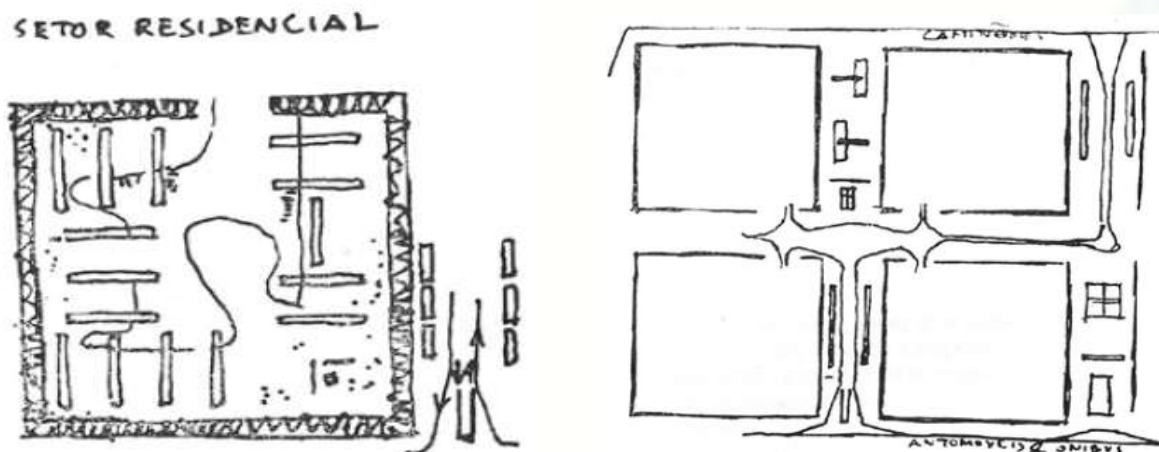


Figura 2 – Croqui de uma quadra residencial e croqui da confluência entre quatro quadras residenciais por Lucio Costa.

Fonte: Costa, L. “Relatório do Plano Piloto de Brasília [1957].” In: RELATÓRIO do Plano Piloto de Brasília. Brasília, GDF, 1991.

Conforme se depreende do projeto urbanístico de Lucio Costa, a superquadra, na sua concepção de cidade ideal, deveria conter todos os equipamentos necessários à vida de seus moradores: espaços de lazer públicos, áreas verdes, comércio, igreja e escolas. Uma vida quase campestre, não fosse sua demarcação da diversidade de serviços previstos (postos de gasolina, salões de beleza, confeitarias, etc.) e de que as casas, o refúgio da intimidade dos habitantes, seriam construídas no sentido vertical (ainda que num edifício limitado a seis ou quatro pavimentos), sustentadas pelas colunas denominadas pilotis, traço típico da arquitetura modernista, dando o efeito de leveza e futurismo. Para completar, o arquiteto define os espaços para os pedestres e para os veículos, numa modernidade que, evidentemente, não chegaria a pé (traço, ainda hoje, indisfarçável no cotidiano da capital federal).

Tendo em mente o plano urbanístico residencial da nova capital é que, em fins da década de 1950, por solicitação encaminhada ao Ministério da Educação pelo presidente

Kubitschek, Anísio Teixeira³ (1900-1971), então diretor do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos⁴ (INEP), elabora o plano educacional de Brasília. Segundo Pereira e Rocha (2011, p. 27-28),

O plano foi concebido a partir da experiência bem sucedida do Centro Educacional Carneiro Ribeiro, popularmente conhecido como Escola Parque, implantado em Salvador. Anísio Teixeira (1962, p. 27) afirmava que “baseado no modelo deste centro, de Salvador, Bahia, foi organizado o sistema escolar de Brasília”, traduzido no documento intitulado *Plano de Construções Escolares de Brasília*.

O processo de criação da cidade ensejou oportunidade para a execução de um projeto pedagógico único. Calcado no acesso irrestrito à educação pública de qualidade, previa desde a educação pré-escolar até a universidade, de forma que, mais do que acompanhar o crescimento de uma nova cidade, possibilitaria a realização de uma utopia educativa, integrada ao projeto urbano. Para Souza (2016, p. 41), “tais anseios, nada pequenos, necessitavam de uma reconfiguração socioeconômica, política e cultural que, para obter êxito, devia ser implantada em um local onde a polis e seu sistema de ensino estivessem iniciando”.

A esse modo, no processo de estruturação desse projeto educacional, Lucio Costa e Anísio Teixeira atuaram juntos para a configuração estrutural da educação no Distrito Federal, o que sinaliza a articulação entre os planos urbanístico e educacional. A esse respeito o pioneiro Silva (1985, p. 228) observa:

Do cérebro de Anísio e da pena de Lucio, íamos localizando no mapa de Brasília os jardins da infância, as escolas-classe, as escolas-parque, os Centros de Educação Média...Tratamos também com desvelo da localização das escolas particulares, dos colégios religiosos. Tudo representava um grande esforço e tudo fazíamos com a ideia fixa de dotar Brasília de um modelar sistema de ensino, digno da novel cidade.

Anísio Teixeira, ao tratar do Plano para a Educação de Brasília, indicava que no planejamento da nova capital calculou-se que cada quadra residencial abrigaria uma população variável de 2.500 a 3.000 habitantes. A partir desse cálculo, projetou-se a população em idade escolar para os níveis elementar e médio, tendo sido estabelecido para cada superquadra (cf. Figura 2) um Jardim de Infância que abrigaria quatro salas para atender pela manhã e pela tarde cerca de 160 crianças, isto é, oito turmas com 20 crianças

³ Anísio Teixeira, desde a publicação do Manifesto dos Pioneiros pela Escola Nova em 1932, ficou conhecido como um dos “cardeais” do campo educacional brasileiro junto de Fernando de Azevedo (1894-1974) e Lourenço Filho (1897-1970).

⁴ Atualmente Instituto de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP).

cada, divididas em dois turnos. Para o Ensino Fundamental, previa-se, igualmente, em cada quadra, uma Escola-Classe com oito salas, para, em dois turnos, atender a 480 crianças, o que resultaria em 16 turmas com 30 alunos cada (TEIXEIRA, 1961).

Além disso, planejou-se a construção de uma Escola-Parque que funcionaria em dois turnos e atenderia cerca de dois mil alunos oriundos de Escolas-Classe de um conjunto de quatro superquadras (cf. Figura 2). As Escolas-Parque seriam voltadas para atividades de iniciação ao trabalho para os estudantes entre 10 e 14 anos e nas pequenas oficinas de artes industriais, atividades artísticas, sociais e de recreação para os estudantes entre sete e 14 anos (TEIXEIRA, 1961). Nas palavras de Teixeira (1961, p. 195):

O Centro de Educação Elementar compreende pavilhões de "jardim de infância", de "escola-classe", de "artes industriais", de "educação física", de "atividades sociais", de "biblioteca escolar" e de "serviços gerais". É, portanto, algo como se fosse uma Universidade Infantil. O Centro de Educação Média também possui um programa consideravelmente diversificado, destinando-se a oferecer a cada adolescente real oportunidade para cultivar o seu talento e aí se preparar diretamente para o trabalho ou para prosseguir a sua educação no nível superior.

Consideramos importante sublinhar que, ao planejar o sistema educacional de Brasília, Teixeira (1961) não apenas incluiu os Jardins de Infância, mas os considerava parte integrante do que ele denominava Educação Elementar. Nesses termos, os Jardins de Infância, somados às Escolas-Classe e às Escolas-Parque compunham o que ele chamava de Centros de Educação Elementar. Além dos Centros de Educação Elementar, integravam o plano educacional de Brasília os Centros de Educação Média e a Universidade de Brasília, o que sinaliza o caráter sistêmico do plano, que abarcava da infância à vida adulta numa época em que a própria noção de sistema educacional ainda estava em elaboração no Brasil (TEIXEIRA, 1961; PEREIRA; ROCHA, 2005; PEREIRA; ROCHA, 2011; PEREIRA, 2011).

Além da informação explícita que os Jardins de Infância figuravam no Plano de Educação, sabe-se que, dentre os cursos de formação oferecidos às primeiras professoras primárias da nova capital, intermediados pelo INEP, constava um específico para atuação nos Jardins de Infância com estágio no Rio de Janeiro. Recuperando uma entrevista com uma das professoras pioneiras, Pereira e Henriques (2013, p. 13) afirmam:

Além dos estágios realizados em Salvador, a professora menciona a participação de quatro professores em cursos de preparação para Jardim de Infância, no Rio de Janeiro, reconhecidos como as melhores

instituições de educação infantil e desenvolvidos com a assessoria da técnica de Nair Durão Barbosa Prata.

Olhando retrospectivamente para o projeto urbanístico de Brasília e o Plano de Construções Escolares, percebe-se que, na cidade e na educação moderna traçadas conjuntamente pelos arquiteto e educador, os Jardins de Infância junto das Escolas-Classe seriam as instituições educativas mais numerosas na capital, presentes em todas as quadras residenciais, quase à porta de seus habitantes. Todavia, uma leitura atenta da proposta educacional de Anísio Teixeira revela que, se por um lado, ele se preocupou em definir o número de salas e de crianças em cada turma de Educação Infantil, por outro, foi somente para as Escolas-Parque e os Centros de Educação Média que apresentou detalhado planejamento arquitetônico para sua construção.

Da mesma maneira, ao evidenciar pressupostos pedagógicos do seu plano de construções, percebe-se a pulverização (quando não o apagamento) das especificidades educativas dos Jardins de Infância em meio ao que ele denomina “educação [elementar] para todos” (TEIXEIRA, 1961, p. 197). Nisso, de fato, reside um paradoxo ainda não explorado pela historiografia na sua proposta educacional: a pouca ênfase efetiva dada por Teixeira (1961) à educação pré-escolar, apesar de sua significativa presença na paisagem urbana brasileira.

De forma geral, no Brasil, durante o período de concepção e inauguração de Brasília, o atendimento educacional às crianças em idade pré-escolar ainda não era entendido como uma demanda do campo da educação, mas, sobretudo, como uma política de assistência social. Esse ideal, arraigado na sociedade brasileira, foi de certo modo rompido no projeto educacional desenvolvido por Anísio Teixeira para a nova capital, pelo menos no que se refere aos Jardins de Infância. Todavia, a pouca atenção a uma definição mais clara do modelo de educação a ser ali efetivada às crianças de quatro a seis anos pode ter dado margem para que as mesmas contradições observadas na educação da infância brasileira à época – uma educação de improviso, em espaços remanescentes e aquém da demanda – se manifestassem na constituição da Educação Infantil em Brasília, subvertendo, assim, parte da dimensão inovadora do plano educacional pensado para a capital brasileira nos anos 1960. A utopia educativa que vimos até aqui se tornou uma distopia. É o que analisaremos a seguir.

Os Jardins de Infância em Brasília: a distopia dos anos 1960-1962

Em setembro de 1958 foi inaugurada a Escola Dr. Ernesto Silva, instituição que tinha como anexo um Jardim de Infância⁵. Oficialmente, contudo, o primeiro Jardim de Infância de Brasília foi inaugurado por Juscelino Kubitschek, em 1959, tendo suas atividades iniciadas em fevereiro de 1960. Batizado de Jardim de Infância 21 de Abril – também conhecido como Jardim de Infância da Caixa Econômica, “por estar localizado nas imediações das casas pertencentes a esse órgão e ter sido atendido com recursos financeiros da Caixa para sua manutenção e reparação” (DISTRITO FEDERAL, 1985, p. 33) –, teve sua estrutura arquitetônica integrada ao Conjunto Urbanístico de Brasília e, atualmente, ainda encontra-se em funcionamento no mesmo local em



Figura 3 – Jardim de Infância 21 de abril - 1960.

Fonte: Arquivo Público do Distrito Federal.



Figura 4 – Jardim de Infância 21 de Abril – Vista área. 1960.

Fonte: Arquivo Público do Distrito Federal

De abril de 1960 a fevereiro de 1962, apenas outros dois estabelecimentos de Educação Infantil foram inaugurados na capital: o Jardim de Infância da quadra 208 Sul (às

⁵ Encontramos algumas divergências quanto às datas de inauguração dos primeiros Jardins de Infância em Brasília. Um assistente de Oscar Niemeyer relata: “Eu fui o primeiro a fazer um projetinho porque como eu era o chefe da Divisão de Arquitetura e era assistente dele, quer dizer, o imediato do Oscar, então eu tomei a coragem de fazer um e ele deixou, aprovou e tudo, que é o Jardim de Infância 21 de Abril [...] que a diretora queria que fosse tombado porque foi a primeira escolinha daqui de Brasília, tirando a do Núcleo...” (ESTEVES, 1998, s/p). Em uma publicação da Secretaria de Educação do DF, informa-se que no final do ano de 1959, haviam três Jardins de Infância: O Jardim de Infância das Casas Populares; o Jardim de Infância Ernesto Silva e o Jardim de Infância 21 de Abril (DISTRITO FEDERAL, 2001). Sugere-se que a aparente contradição nas informações diz respeito às construções provisórias nos acampamentos, em contraposição às definitivas.

vezes, denominado de IPASE⁶) e o Jardim de Infância da quadra 108 Sul, conhecido, ainda, como - IAPB⁷ (DISTRITO FEDERAL, 1985). Se considerarmos a proposta do plano de construções escolares de Anísio Teixeira, essas três primeiras instituições teriam capacidade para atender, juntas, 480 crianças (160 cada uma) em espaços amplos e com instalações adequadas. Entrementes, a realidade, segundo relatos do jornal Correio Braziliense, era bem diferente.

Na edição de 27 de abril de 1960, após descrever o entusiasmo das crianças frequentadoras do Jardim de Infância 21 de Abril/Caixa Econômica - “a meninada abandonou aos gritos as salas do jardim de infância para ver o helicóptero do presidente que passava [...] sobre o local quando a reportagem do Correio [...] foi até lá para focalizar o reinício das aulas” (CORREIO BRAZILIENSE, 27/04/1960, p. 8) - o articulista evidenciava como a educação planejada para aquela faixa etária já se revelava insuficiente às reais necessidades vivenciadas seis dias após a inauguração da capital, começando a experimentar, inclusive, os ajustes e adaptações tão conhecidos da Educação Infantil no país à mesma época:

Abertas as matrículas, no dia seguinte tiveram de ser encerradas, pois que 238 crianças haviam se inscrito para o jardim de infância, que se destinava a apenas 100. O remédio foi desdobrar as atividades do Jardim em dois períodos, funcionando, pela manhã, uma classe para crianças de 6 anos, duas para crianças de 5 anos e uma para crianças de 4 anos. No período da tarde funcionam duas classes para crianças de 6 anos, uma para de 5 e outra para de 4 anos (CORREIO BRAZILIENSE, 27/04/1960, p. 8).

A notícia evidencia, além do déficit entre oferta e demanda, o caráter precário dos primórdios de funcionamento do Jardim, conforme relatou em detalhes a sua diretora, professora Maria Teresa de Medeiros Falcão:

Com sua jovialidade que impressiona, d. Maria Teresa esclareceu à reportagem que o jardim de infância, de certa forma, está funcionando precariamente, pois que o mobiliário definitivo deverá ainda ser remetido pelo ministério da Educação. Informou que o “playground” que se situa defronte à escola está destinado, ao que parece, ao uso indistintamente de todas as crianças, matriculadas ou não no jardim da Infância. A seu ver, todavia, um período deveria ser destinado ao uso exclusivo das crianças matriculadas, para não tumultuar o ambiente da escola. Já no que respeita à piscina, que anteontem, por exemplo, estava sendo frequentada até por adultos,

⁶ Instituto de Pensão e de Aposentadoria dos Servidores do Estado.

⁷ Instituto de Aposentadoria e Pensão dos Servidores do Estado.

ponderou que devem ser tomadas providências, para evitar a repetição de tal fato, pois que o exame médico é obrigatório para as crianças do Jardim de Infância (CORREIO BRAZILIENSE, 27/04/1960, p.8).

Ao mesmo tempo em que o Jardim de Infância pioneiro precisava lidar com uma demanda maior que sua capacidade e aquilo que o Correio Brasiliense chamou de “funcionamento precário”, várias quadras do Plano Piloto e das cidades-satélite⁸, cerca de quase um ano após essa notícia, careciam de atendimento, embora reconhecidamente nelas houvesse número significativo de crianças a demandar por Jardins de Infância, ainda inexistentes e, na maioria das vezes, sem perspectiva de construção:

- a) SQ 104 – 105 – 106 – 206 – 308 – todas com população infantil suficiente para exigir o jardim;
- b) SQ 114 – O Banco do Brasil prometeu construir;
- c) SQD 411/412 – 413/414 – 409/410 – pelas mesmas razões acima;
- d) SQD Norte – 403/404 – março de 1961, haverá população infantil superior a 200 crianças no curso pré-primário;
- e) Residências econômicas – já há população para o jardim;
- f) Escola de Aplicação – idem;
- g) Fundação da Casa Popular – idem;
- h) Taguatinga – há necessidade de pelo menos duas, com 8 salas de aula cada uma;
- i) Sobradinho – idem;
- j) Gama – em março já precisará de dois (Correio Braziliense, 11/02/1961, p.

Diante da demanda por Educação Infantil, muitas contradições parecem ter tido lugar, desfigurando a proposta de uma educação integral, de qualidade e democrática, defendida por Anísio Teixeira para a nova capital. Uma delas diz respeito ao espaço físico e arquitetônico de funcionamento de novos Jardins de Infância, bem diferentes do pioneiro 21 de Abril/Caixa Econômica (que contava com piscina e playground). O caso do que viria

⁸ Na análise de Ferreira e Costa (2007) as cidades “satélite” já estavam previstas no plano urbanístico de Brasília como áreas de ampliação da cidade. No entanto, a ideia de que as cidades-satélite surgiriam somente após alguns anos não se realizou e elas começaram a aparecer antes que Brasília fosse inaugurada, para que os migrantes que trabalhariam na construção da cidade se instalassem.

a ser o Jardim de Infância da 108/IAPB, alvo de denúncia de leitores ao Correio Braziliense em 19 de março de 1961, é bem ilustrativo:

JARDIM DE INFÂNCIA INSALUBRE - Em um barraco do IAPB, situado na superquadra 108, foi transformado em jardim de infância, sem possuir nenhuma condição de higiene, pondo em perigo a saúde das crianças que frequentam aquele curso. Os vizinhos, prevendo isso, compareceram à nossa redação, para fazerem um apelo ao prefeito Paulo de Tarso, no sentido deste ordenar ao seu secretário de educação e assistência o fechamento do Jardim de Infância, preservando-se, assim, a saúde de dezenas de inocentes, expostos ao perigo devido à falta de interesse das autoridades (CORREIO BRAZILIENSE, 19/03/1961, p. 8).

Após debates e críticas veiculadas por mais algum tempo no jornal, o barracão – absoluta negação da proposta de arquitetura escolar defendida para Brasília, mas uma saída até certo ponto compreensível se julgarmos a ausência de uma diretiva arquitetônica mais específica para sua edificação no Plano de Construções Escolares – deu lugar a uma construção em alvenaria, ainda hoje existente e denominada, desde aquela época, Jardim de Infância da 108 Sul. Assim se noticiou:

Com a presença do representante do prefeito Paulo de Tarso na pessoa do jornalista Castejon Branco e do secretário da Fundação de Brasília Sr. Eli Menehgate, foi inaugurado mais um jardim de infância, na SQ jardim de infância 108 (IAPB). Após a inauguração, iniciaram-se as aulas. A capacidade do estabelecimento é de 300 alunos, o que solucionará em grande medida a falta de Jardim de Infância (CORREIO BRAZILIENSE, 22/08/1961, p. 8).

Encontramos, novamente, o peso da demanda sobre a oferta, subvertendo o plano educativo almejado para os Jardins de Infância da nova capital brasileira. De um espaço que deveria ser destinado a não mais que 160 crianças, a capacidade estimada do edifício para abrigar até 300 revela que, na falta de instituições em número suficiente, as existentes precisariam, como já se dava no Jardim 21 de Abril/Caixa Econômica, adaptar-se às necessidades do momento. Evidentemente, o atendimento a um número tão grande de crianças poderia colocar em risco a ideia de uma educação capaz de atender as especificidades e diversidades próprias da pequena infância.

Não tardou, porém, para que o problema da falta de vagas na Educação Infantil se manifestasse, uma vez mais, no mesmo Jardim de Infância da 108 Sul/IAPB que, conforme a notícia anterior, acreditava-se que solucionaria a falta de vagas. Foi o próprio Correio

que, no dia imediatamente após a inauguração, na coluna do jornalista Ari Cunha, em forma de mininotas, revelou uma nova faceta da questão:

O ensino de Brasília está assim: ontem foi inaugurado o Jardim da Infância da Superquadra 108 e matricularam alunos de todas as superquadradas, sem que nenhum aviso fosse feito. Agora, os alunos daquela quadra não dispõem de jardim de infância, porque a capacidade de cada sala é de 25 alunos e já há 30. Pelo plano educacional o déficit de Jardim de Infância é tremendo. A fila aguardando desistências, na quadra 108, é de mais de quarenta crianças. Há alguma coisa errada nisto. Um aluno não poder se matricular em sua superquadra é simplesmente lamentável (CORREIO BRAZILIENSE, 23/08/1961, p. 9).

Como tivemos oportunidade de observar na seção anterior, a intenção tanto de Lúcio Costa como de Anísio Teixeira, em especial deste último, ao preverem um Jardim de Infância e uma Escola-Classe em cada quadra, era garantir o menor trajeto possível às crianças, para que, com segurança, se dirigissem de suas casas à escola e vice-versa. Porém, o que a notícia deixa escapar, em forma de indignação do articulista, é que não somente o trajeto a ser percorrido seria bem maior do que o planejado pelos arquiteto e educador como, inclusive, os pequenos moradores da quadra não teriam vagas garantidas na instituição que, justamente, deveria priorizar o seu acesso para que a utopia educativa da capital se materializasse.

Também o provimento material dos Jardins de Infância, isto é, com materiais escolares para uso nas atividades do dia a dia, revelou-se insuficiente ou até mesmo inexistente. No caso do Jardim de Infância 21 de Abril/Caixa Econômica, um pai mais exaltado foi até a redação do Correio Braziliense expressar seu descontentamento, que serviu de matéria prima para a notícia que segue:

PAIS DE ALUNO ESTRANHAM LISTA DE MATERIAL ESCOLAR – Um pai de aluno do Jardim de Infância da Caixa Econômica [...] veio à Redação do CORREIO BRAZILIENSE e mostrou uma lista do material exigido pela diretora daquele estabelecimento [...] dona Maria Tereza Falcão. Argumentou que as crianças já pagam uma taxa elevada de Caixa Escolar e são obrigadas ao uso de um uniforme que nem está de acordo com todas as bolsas. Na lista que nos foi apresentada há folhas de papel exigidas que se elevam a duas centenas e mais uma quantidade de lápis, tintas, massa plástica, goma arábica, anilina, cartolina, papel lustroso e ainda instrumento de música para a bandinha e um brinquedo. Pelas contas, o material vai a mais de cem mil cruzeiros e não deve ser para o ano todo. Alegam os pais dos alunos que as escolas de Brasília são financiadas pelos governos federal e municipal, tendo, portanto, uma verba destinada ao material do professor e do aluno. Não se compreende a exigência do material de alto custo, portanto. A Fundação Educacional de Brasília deveria

fiscalizar, também, o que as diretoras das escolas estão exigindo dos pais de alunos e 'agradecendo sua cooperação com pronto atendimento' (CORREIO BRAZILIENSE, 29/03/1961, p. 8).

Dias depois, uma das professoras do Jardim de Infância, Dinah Barbosa, veio a público para apresentar sua versão dos fatos, em longa carta, publicada na íntegra pelo mesmo jornal. Segundo ela, a queixa do "Sr. Incógnito" era, dentre outras coisas, improcedente e facciosa:

IMPROCEDENTE porque tanto a diretora como as professoras expuseram em reunião coletiva, de forma clara e precisa, todo o problema da escolinha em que trabalham, sugeriram a solução – cooperação dos pais de seus alunos – sugeriram e deram a oportunidade dos responsáveis refletirem e darem sua opinião ou sugestão. O assunto foi debatido e submetido à votação. Houveram [sic] perguntas, como é natural e todas foram respondidas com urbanidade e precisão. Frisaram, ainda, as professoras, caso houvesse alguém impossibilitado de contribuir com o citado material, na sua totalidade ou em parte, que se dirigissem à secretaria, onde elas tudo fariam para resolver cada caso de per si, sem constrangimento ou depreciação.

FACCIOSA porque imputa uma responsabilidade e culpabilidade à diretora quando esta culpabilidade, se é que existe, deveria ser atribuída ao período de transição, de organização, de adaptação que sofre toda Brasília, fato naturalíssimo por se tratar de uma cidade jovem e que ainda luta com uma série enorme de dificuldades. (CORREIO BRAZILIENSE, 05/04/1961, p. 11).

Mais do que troca de farpas entre uma professora e um pai, temos aqui evidência significativa de que, apesar de promessas de uma educação de qualidade e gratuita para todos – que pressupunha, dentre outras coisas, o provimento dos Jardins de Infância, assim como nas demais escolas, dos materiais didáticos necessários ao seu funcionamento – os primeiros momentos de institucionalização da Educação Infantil em Brasília, além dos problemas relacionados ao número reduzido de vagas, conheceu o da precariedade, fenômeno estrutural e bastante recorrente na educação brasileira no século XX, como recordam Freitas e Biccas (2009), dentre outros.

No entender do pai e da redação do jornal – que olham para a instituição escolar de fora – a culpa da situação era decorrente da sanha da diretora do Jardim 21 de Abril/Caixa Econômica em exigir materiais muito além das necessidades reais de ensino. Já a professora, numa posição delicada em que precisava defender a colega sem causar qualquer constrangimento diante do Estado (do qual era funcionária), tratava as afirmações do pai lamurioso como improcedentes, por irem contra um ajuste coletivo

negociado a duras penas entre diretora, professoras e responsáveis. Mas, acima de tudo, facciosas, por não levarem em conta que, naquele momento, era desse tipo de cooperação que a educação em Brasília precisava, dada a situação peculiar da educação pública na capital, nascida ao mesmo tempo que a própria cidade e em meio a dificuldades econômicas e administrativas, partilhadas, que tão cedo não seriam superadas.

É ainda a professora Dinah Barbosa que nos conduz a outro conjunto de significados em torno desse empenho que deveria ser encetado por todos no sentido do provimento material do Jardim de Infância: proporcionar aos filhos um tipo de infância que a cidade moderna, com seus prédios e pilotis, talvez, não desse conta de lhes franquear. Nesse sentido, continuava ela:

[...] Vão um dia apreciar o trabalho ingente das professoras, disciplinando com carinho crianças mau acostumadas, crianças de temperamentos os mais diversos e difíceis, fruto de uma infância entregue aos seus devaneios. Vamos, pois, colaborar para que nossos filhinhos tenham mais conforto, para que tenham uma infância alegre, mais sadia, que nossos “apertamentos” e “aperturas” não nos permitem proporcionar-lhes (CORREIO BRAZILIENSE, 05/04/1961, p. 11).

Com efeito, a cidade moderna onde se situavam os Jardins de Infância rapidamente vinha se revelando, aos observadores mais atentos, um espaço de hostilidade e riscos à criança pequena, donde se percebe a força da argumentação dessa professora na sua carta aberta em defesa da diretora e professoras do Jardim 21 de Abril/ Caixa Econômica. Quase um ano antes, ela, talvez, tenha tido conhecimento do ocorrido nas imediações daquela instituição, conforme noticiado:

Impopular, desagradável, desaforada e prepotente a atitude dos funcionários do Senado que trouxeram para Brasília um ônibus urbano com buzina a ar. Se querem saber de um pormenor, vou contar: ontem, às 11 horas, mais ou menos, esse ônibus levava funcionários para o supermercado e as crianças saíam do jardim de infância da Caixa Econômica. Pois bem. Para que as crianças não atravessassem a frente do ônibus, o motorista usou violentamente a buzina de ar, provocando trauma numa senhora grávida que esperava o ônibus com duas crianças, no ponto em frente à Novacap. Foi socorrida na Drogaria Econômica e o ônibus continuou a viagem, muito bem, obrigado, sem a mínima menção de socorrer sua vítima. Já é tempo de mandar retirar essa buzina (CORREIO BRAZILIENSE, 01/07/1960, p. 2).

Recapitulando o plano de construções escolares, a localização do Jardim de Infância no interior da superquadra visava garantir segurança e rapidez ao acesso das

crianças. Entretanto, as exigências de comodidade de deslocamento de alguns setores do funcionalismo público em uma cidade sem muitos recursos de transporte somadas ao número exíguo de Jardins naquele ano de inauguração da capital, impunha trajetos maiores aos pequenos, que pode ter sido o pano de fundo para o quase acidente relatado: um motorista apressado, buzinando para que as crianças não fossem atropeladas, assustou uma mãe gestante e seguiu sem prestar auxílio, deixando, atrás de si, toda uma agitação típica de uma cidade moderna, mas que deveria priorizar, justamente, a segurança dos seus cidadãos, em especial, dos infantes.

Mas, mesmo quando o Jardim encontrava-se devidamente instalado no interior de uma quadra, consoante ao Plano de Construções Escolares, nem por isso a proteção e a segurança das crianças estaria garantida. A modernidade de construções sem cercas e com amplas janelas – característica ainda hoje observável em Brasília – embora fosse interessante aos olhos, nem sempre era a forma arquitetônica mais indicada para garantir a integridade dos seus ocupantes. É uma conclusão a que se pode chegar a partir da constatação feita na edição de 2 de dezembro de 1961 do Correio Braziliense:

Agora que se aproximam as férias, vale a pena chamar a atenção para um caso: o Jardim da Infância da Caixa Econômica precisa de policiamento. O prédio não é cercado e a maioria de suas paredes é de vidro. O último ladrão que entrou lá levou até o relógio (CORREIO BRAZILIENSE, 17/12/1960, p. 2).

Junto com o projeto moderno de cidade e de educação, instalaram-se em Brasília, igualmente, violências e criminalidade, quiçá, fruto de fraturas e clivagens sociais da metrópole em implantação. E esse parece ter sido igualmente um ingrediente que deixou marcas contraditórias na utopia educativa, fazendo-a, também sob essa ótica, uma distopia.

Considerações finais

Ao darmos destaque ao início do processo educativo voltado às crianças pequenas em Brasília, observamos a constante inter-relação de duas faces de um mesmo fenômeno: a idealização de um projeto educacional em contraponto a uma realidade marcada por contradições e conflitos. Nesse sentido, demonstramos que os primórdios da institucionalização dos Jardins de Infância constituem a história de uma utopia educativa, vertida, rapidamente, pelos próprios sujeitos que a efetivaram, numa distopia. Isso

porque, por vezes e sob certos aspectos, sua materialização foi a negação mesma dos pressupostos pedagógicos e urbanísticos que a guiavam.

Contudo, limitar essa história a essas questões nos parece equivocado, uma vez que a educação das crianças pequenas nesse período também possibilitou experiências que, em estudos futuros, não poderão ser desconsideradas. As notícias publicadas no *Correio Braziliense*, bem como o registro fotográfico de crianças brincando em um Jardim de Infância de Brasília nesse período (que apresentamos a seguir) parecem-nos indicar uma educação que se realizou, apesar da tensão entre utopia e distopia:

CRIANÇAS NO IATE CLUBE COMEMORAM SUA SEMANA – Cerca de duzentas crianças do Jardim de Infância de Brasília, divididas em duas turmas, passaram o dia de ontem brincando na piscina e no playground do Iate Clube de Brasília, acompanhadas de suas professoras e alguns pais, como parte das festividades comemorativas da Semana da Criança. A maioria das crianças tinha entre 4 e 6 anos e eram rigorosamente assistidas pelas suas professoras e pela guardiã Jandira.

PARAÍSO DAS CRIANÇAS – A turma que visitamos ontem à tarde havia transformado as dependências do Iate Clube de Brasília num “paraíso das crianças”. Tomando, praticamente, conta da piscina infantil e do *playground* as crianças assistidas de perto pelas professoras Neyde de Souza, Rubela de Souza Lobo, Maria Alda Pfeilsticker, Mariangela Pfeilsticker e Marta Amélia “invadiram” o Iate Clube espalhando seu riso alegre pelo ar.

O passeio que as crianças do Jardim de Infância realizaram ao Iate Clube de Brasília faz parte das comemorações da “Semana da Criança”. Essa semana, segundo informou ao *CORREIO BRAZILIENSE* a professora Neyde de Souza, está obedecendo ao seguinte roteiro: segunda-feira, dia 9, foi realizado o “batizado da boneca”; terça-feira, dia 10, o passeio ao Iate Clube, hoje, quarta-feira, dia 11, será realizada uma festinha interna com um teatrinho infantil, amanhã, dia 12, “Dia da Criança, será inaugurada uma exposição de trabalhos infantis na Escola Parque e, finalmente, no dia 13, sexta-feira, será executada a solenidade de encerramento da Semana da Criança na Escola Parque da Superquadra 308 (*CORREIO BRAZILIENSE*, 11/10/1961, p. 8).



Figura 5 – Crianças brincando no pátio de um Jardim de Infância de Brasília na década de 1960.

Fonte: Arquivo Público do Distrito Federal.

Diante dessas evidências históricas, defendemos que é preciso observar não apenas os inúmeros problemas enfrentados, mas, sobretudo, as infinitas possibilidades presentes num contexto de entusiasmo e abertura criativa implicadas no planejamento de uma nova cidade, que, por sua vez, estava atrelada à ideia de uma nova humanidade. Com efeito, *pari passu* à distopia, a criação de instituições específicas para as crianças pequenas no escopo do projeto educacional da nova capital, oportunizou vivências e experiências únicas, para além do descompasso entre o crescimento urbano e a administração da cidade, que convém investigar doravante.

Há de se demarcar, enfim, a complexidade do processo subjacente à criação dos Jardins de Infância em Brasília durante os primeiros anos da nova capital indicando para a não linearidade dos processos vividos, a despeito do plano da cidade criada para ser perfeita e, portanto, imutável. Tal qual a cidade imaginada por Calvino (1978), Brasília é fruto das relações entre seus espaços e os acontecimentos passados, entre as experiências cotidianamente compartilhadas por seus habitantes e as projeções para o futuro.

Referências

CALVINO, Ítalo. **Invisible cities**. New York: Harcourt Brace Jovanovich, 1978.

CHAUÍ, Marilena. Notas sobre Utopia. **Cienc. Cult.**, São Paulo, v. 60, n. 1, p. 7-12, jul/2008.

BRINCAM juntos no jardim de infância filhos de deputados e de “candangos”. **Correio Braziliense**, Brasília, p. 8, 27 abr. 1960.

VISTO, lido e ouvido. **Correio Braziliense**, Brasília, p. 2, 01 jul. 1960.

INAUGURADO o Jardim de Infância. **Correio Braziliense**, Brasília, p. 8, 22 ago. 1960.

CRIANÇAS no iate clube comemoram sua semana. **Correio Braziliense**, Brasília, p. 8, 11 out. 1960.

VISTO, lido e ouvido. **Correio Braziliense**, Brasília, p. 2, 17 dez. 1960.

PLANEJAMENTO para o ensino no DF. **Correio Braziliense**, Brasília, p. 7, 11 fev. 1961.

JARDIM de Infância insalubre. **Correio Braziliense**, Brasília, p. 8, 19 mar. 1961.

PAIS de alunos estranham lista de material escolar. **Correio Braziliense**, Brasília, p. 8, 29 mar. 1961.

PROFESSORAS não têm culpa pelos gastos dos alunos. **Correio Braziliense**, Brasília, p. 11, 05 abr. 1961.

VISTO, lido e ouvido. **Correio Braziliense**, Brasília p. 9, 23 ago. 1961.

COSTA, Lucio. Relatório do Plano Piloto de Brasília [1957]. In: **Relatório do Plano Piloto de Brasília**. Brasília, GDF, 1991.

DISTRITO FEDERAL. **Escolas da Fundação Educacional do Distrito Federal (FEDF)**. Volumes I e II. COBAPA. Brasília: Fundação Educacional do Distrito Federal, 1985.

_____. **40 anos de educação em Brasília**. Brasília: Secretaria de Estado de Educação, 2001.

ESTEVES, Nauro Jorge. Depoimento - **Programa de História Oral**. Brasília: Arquivo Público do Distrito Federal, 1989.

FERREIRA, Nunes Brasilmar; COSTA, Arthur. Distrito Federal e Brasília: dinâmica urbana, violência e heterogeneidade social. **Cadernos Metrópole**, Brasília, n. 17, p. 35-57, jan./jun. 2007.

FREITAG, Bárbara. **Cidade dos Homens**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2012.

FREITAS, Marcos Cezar de; BICCAS, Maurilane de Souza. **Biblioteca básica da história da educação brasileira: história social da educação no Brasil (1926 – 1996)**. São Paulo: Cortez, 2009.

HOLSTON, James. **A cidade modernista: uma crítica de Brasília e sua utopia**. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

MORUS, Thomas. **Utopia ou o Tratado da melhor forma de governo**. Porto Alegre: L & MPocket, 2000.

PEREIRA, Eva Wairos. As raízes pragmáticas da educação do Distrito Federal. In: Eva Wairos. Pereira et al (orgs.) **Nas Asas de Brasília**: memórias de uma utopia educativa 1956-1984. Brasília: Universidade de Brasília, 2011.

PEREIRA, Eva Wairos; HENRIQUES, Cinira Maria Nóbrega. Escola Júlia Kubitschek: a primeira escola Pública do Distrito Federal. In: PEREIRA, Eva Wairos, et al (orgs.) **Nas Asas de Brasília**: memórias de uma utopia educativa 1956-1984. Brasília: Universidade de Brasília, 2011.

_____. A Primeira Escola Pública do Distrito Federal: Memória e História. **Revista EAPE**, Brasília, v. 1, n. 1, p.04-19. 2013.

PEREIRA, Eva Wairos; ROCHA, Lúcia Maria da Franca. Anísio Teixeira e o Plano de Educação de Brasília. In: 28ª Reunião Anual da Anped, 2005, Caxambu, MG. **Anais da 28ª Reunião da Anped** (online). Rio de Janeiro: Anped, 2005. Disponível em: <http://www.anped.org.br/sites/default/files/gt02-667-intok.pdf>. Acesso em 08 jan 2020.

_____. Anísio Teixeira e o plano educacional de Brasília. In: PEREIRA, Eva Wairos et al (orgs.) **Nas Asas de Brasília**: memórias de uma utopia educativa 1956-1984. Brasília: Universidade de Brasília, 2011.

PINTO, Viviane Fernandes Faria; MÜLLER, Fernanda; ANJOS, Juarez José Tuchinski dos. ENTRE O PASSADO E O PRESENTE: CONTRASTES DE ACESSO À EDUCAÇÃO INFANTIL NO DISTRITO FEDERAL. **Educação em Revista**. Belo Horizonte, v. 34, e187179, 2018.

SILVA, Ernesto. **História de Brasília**. Brasília: Senado Federal, 1985.

SOUZA, Edilson. Um plano educacional para um novo tempo: Anísio Teixeira e as escolas classe/escola parque de Brasília. **Caderno Eletrônico de Ciências Sociais**. Vitória, v. 3, n. 2, p. 39-52, 2015.

TEIXEIRA, Anísio. Plano de Construções Escolares de Brasília. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**. Rio de Janeiro, v. 35, n. 81, p. 195-199, jan./mar. 1961.

Agradecimentos

Fernanda Müller agradece ao apoio e parceria da FAPDF. Agradecemos ainda a Alexandre Jaloto e a Danielle Costa pela leitura cuidadosa e a Anne Rossignoli pela elaboração do resumo em língua espanhola.

Submetido em 06/11/2017

Aprovado em 21/11/2019

Licença *Creative Commons* – Atribuição Não Comercial 4.0 Internacional (CC BY-NC 4.0)

